



## CONFERÊNCIA ANUAL DA ASF: “ O papel do setor segurador na gestão de riscos de catástrofes naturais”

### Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças

19 de Novembro de 2024

Exma. Senhora Presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões,

Dra. Margarida Corrêa de Aguiar,

Exmas. Senhoras,

Exmos. Senhores,

Estamos a entrar na reta final de discussão e votação do Orçamento do Estado para o próximo ano e, pela relevância que este momento tem para o futuro do país e para a vida dos portugueses, permitam-me que inicie esta minha intervenção referindo algumas das ambições mais relevantes deste Governo, a que este documento pretende dar resposta.

O Orçamento do Estado para 2025 tem como principais prioridades:

- 1) **A Recuperação do Estado**, melhorando a qualidade e o acesso aos serviços públicos, valorizando os profissionais da Administração Pública, melhorando a proteção dos mais vulneráveis e apostando numa imigração humanista e regulada.

- 2) **A Reforma do contexto económico**, promovendo mais competitividade, reduzindo a carga fiscal sobre as famílias, jovens e empresas, eliminando custos de contexto e apostando na inovação, empreendedorismo e sustentabilidade.
  
- 3) **O Relançamento do contrato social**, reforçando rendimentos, investindo nas infraestruturas, na Administração Pública e na habitação, que é um direito fundamental.

A transformação da economia portuguesa é fundamental para que se alcance uma maior produtividade e um crescimento mais robusto nos próximos anos. Isso só é possível com uma agenda reformista como aquela que este Governo pretende e já está a implementar, que permita atingir mais crescimento e assim diminuir de forma estrutural a fiscalidade sobre as famílias e empresas.

Ainda este ano iniciámos uma descida do IRS que queremos prosseguir durante a legislatura.

Apresentámos também uma proposta mais alargada e ambiciosa para o IRS Jovem que vai permitir aos jovens, até aos 35 anos, independentemente da escolaridade, pagar menos impostos durante 10 anos.

Reter jovens qualificados, atrair imigração qualificada, investir na educação, inovação, na Ciência, na qualificação são aspetos críticos na ambição deste Executivo.

Também nas empresas, avançámos com uma proposta para baixar o IRC, já no próximo ano, em 1 ponto percentual. Temos um programa

ambicioso para diminuir os custos de contexto, potenciar as empresas com maiores níveis de internacionalização, acelerar a execução do PRR na área da inovação e capacidade produtiva e promover a transição energética e digital.

O reforço inclusivo de rendimentos é também uma prioridade para este Executivo: além dos acordos salariais que temos alcançado com diversas carreiras do Estado, chegámos a um acordo na Concertação Social para um aumento do salário mínimo para 1.020 euros, até 2028, e para 1.890 euros no salário médio, no mesmo período.

Recentemente, fechámos também um novo Acordo de Valorização dos trabalhadores da Administração Pública, com duas das principais estruturas sindicais, que visa a melhoria das condições remuneratórias para os próximos quatro anos.

Na habitação, temos vindo a introduzir várias medidas para facilitar o acesso dos jovens à compra da primeira casa, com medidas como a Isenção de IMT e IS, a criação de uma garantia pública para o crédito à habitação jovem e um programa de habitação, que prevê a construção de 59 mil fogos habitacionais, com um investimento anual médio de cerca de 650 milhões de euros.

Acreditamos que este é um bom orçamento, que procura resolver os problemas dos portugueses.

Um Orçamento que não aumenta nenhum imposto, como alivia a carga fiscal sobre famílias e empresas, que melhora a qualidade dos serviços públicos, traz mais incentivos à competitividade das empresas e que procura reter os jovens em Portugal, um dos problemas mais críticos neste momento.

Mas é, acima de tudo, um orçamento responsável. Ao mesmo tempo que estamos a melhorar a vida das pessoas e a reforçar as funções do Estado, estamos a assegurar um excedente nas contas públicas e uma redução sustentável da dívida, protegendo o país de choques assimétricos externos.

Com este Governo é possível reformar a economia e o Estado e, ao mesmo tempo, assegurar excedentes orçamentais e uma trajetória de redução da dívida pública, ambicionando que esta se situe abaixo dos 80%, em 2028. Tal evidencia o reforço do compromisso deste Governo com a estabilidade macroeconómica e orçamental.

Mas este orçamento olha também para alguns dos riscos emergentes que vão estar aqui hoje em discussão e que estão também sob o radar da ação governativa, em particular, as alterações climáticas e a sustentabilidade, a transformação digital e os riscos cibernéticos ou os riscos demográficos.

O setor segurador e dos fundos de pensões tem, nesta matéria, um papel indispensável, fornecendo mecanismos de proteção e mitigação do risco, nas mais diversas áreas, e complementando aquela que é a capacidade do Estado, nomeadamente em funções sociais tão críticas como a Segurança, a Saúde ou a Previdência.

Importa salientar o trabalho que a ASF, enquanto Autoridade de Supervisão, tem procurado desenvolver na inovação do setor dos seguros e fundos de pensões, seja ao nível da gestão e produção de dados, da modernização das áreas de suporte, do recurso a

mecanismos de Inteligência Artificial ou da capacitação dos recursos humanos.

Nas últimas décadas, os efeitos das alterações climáticas têm sido particularmente visíveis na maior frequência e severidade de fenómenos extremos, como catástrofes naturais. Calamidades como aquela a que assistimos, recentemente, em Valência, vêm evidenciar a importância de possuir mecanismos robustos de prevenção e gestão de catástrofes, por parte dos Estados, mas também a urgência de formar e sensibilizar as populações e os agentes económicos para a necessidade de adoção de sistemas de proteção adequados. Acresce que, como sabemos, pela sua localização geográfica, Portugal se encontra particularmente exposto a riscos físicos, geralmente também associados a eventos sísmicos.

Neste âmbito, o setor segurador tem alertado para a necessidade de reduzir os *protection gaps*, o diferencial entre as perdas financeiras decorrentes da ocorrência de eventos inesperados e a parte dessas perdas que se encontra coberta por contratos de seguros, o que muitas vezes se traduz em custos avultados para particulares e empresas, mas também para o Estado.

A implementação de um sistema nacional de proteção, com vista à cobertura abrangente do risco de fenómenos sísmicos, envolvendo a participação do setor público e privado, tem sido defendida pelo setor.

O Governo tem acompanhado este tema e aguarda com expectativa as conclusões do trabalho que está a ser desenvolvido pela ASF nesta matéria.

Estamos cientes que, só com uma forte complementaridade entre os agentes públicos e o setor privado, poderemos reforçar os mecanismos de prevenção e de gestão dos riscos que, disso estamos seguros, serão cada vez mais exigentes e desafiantes para todos.

Muito obrigado!